

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 39 No. 2 Maio - Agosto 2026

ARTIGO

ISSO NÃO É ARQUEOLOGIA

Rafael de Abreu e Souza*

RESUMO

Este artigo investiga o sentido e as implicações da expressão “isso não é arqueologia”, frequentemente ouvida em alguns espaços de poder – como bancas, congressos, salas de aula e corredores de instituições de ensino –, mas raramente escrita, como dispositivo discursivo de exclusão e demarcação disciplinar. Argumenta-se que tal afirmação opera como uma fronteira que busca preservar um ideal de cientificidade fundado na neutralidade e na autoridade técnica. A partir de referenciais da sociologia da ciência, da filosofia da diferença e da arqueologia crítica, analisa-se como a expansão ética e política da arqueologia contemporânea desafia essas fronteiras. Conclui-se que o debate não ameaça a disciplina, mas, sim, a renova, reafirmando a arqueologia como um campo reflexivo e socialmente responsável.

Palavras-chave: Fronteiras disciplinares; Sociologia da ciência; História da arqueologia.

* Doutorando em Bioantropologia, Departamento de Antropologia, Universidade Nacional da Colômbia. E-mail: rafaelabreusouza@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1963-5394>.

THIS IS NOT ARCHAEOLOGY

ABSTRACT

This paper investigates the meaning and implications of the expression “this is not archaeology,” frequently heard in certain spaces of power—such as examination boards, conferences, classrooms, and hallways of educational institutions—but rarely written, serving as a discursive device for exclusion and disciplinary demarcation. It argues that this statement functions as a boundary seeking to preserve an ideal of scientificity founded on neutrality and technical authority. Drawing on frameworks from the sociology of science, the philosophy of difference, and critical archaeology, it analyzes how the ethical and political expansion of contemporary archaeology challenges these boundaries. It concludes that the debate does not threaten the discipline, but rather renews it, reaffirming archaeology as a reflective and socially responsible field.

Keywords: Disciplinary boundaries; Sociology of science; History of archaeology.

ESO NO ES ARQUEOLOGÍA

RESUMEN

Este artículo analiza el significado y las implicaciones de la expresión “eso no es arqueología”, que se escucha con frecuencia en ciertos espacios de poder, como tribunales de exámenes, conferencias, aulas y pasillos de instituciones educativas, pero rara vez se escribe como un recurso discursivo para la exclusión y la delimitación disciplinaria. Argumenta que esta afirmación funciona como una frontera que busca preservar un ideal de científicidad basado en la neutralidad y la autoridad técnica. Mediante marcos teóricos de la sociología de la ciencia, de la filosofía de la diferencia y de la arqueología crítica, analiza cómo la expansión ética y política de la arqueología contemporánea desafía estas fronteras. Concluye que el debate no amenaza la disciplina, sino que la renueva, reafirmando la arqueología como un campo reflexivo y socialmente responsable.

Palabras clave: Frontera disciplinaria; Sociología de la ciencia; Historia de la arqueología.

INTRODUÇÃO

Com base nas teses de Lara Passos (2025), Matheus Mota (2025) e Laurent Olivier (2025), este artigo questiona as estruturas epistemológicas, institucionais e políticas embutidas na afirmação “isso não é arqueologia” e o que sua recorrência revela sobre a transformação contemporânea do campo. Pretende-se, para além do revirar os olhos, mostrar que “isso não é arqueologia” é uma declaração epistemológica e política, e não apenas uma opinião disciplinar ou discordância técnica. Problematizá-la significa analisar os regimes de verdade que sustentam o que pode ou não ser reconhecido como arqueologia (Nascimento, 2024; Passos; Carvalho, 2024).

Nas últimas décadas, a expansão da arqueologia e os desafios em defini-la como uma disciplina com fronteiras claras têm gerado diferentes reações. Não é raro ouvir expressões como “isso não é arqueologia”, indicando tensões entre modelos científicos mais tradicionais e novas agendas éticas, o que atesta o poder da linguagem como campo de disputa política (Passos, 2023). Como na “arqueopoética” proposta por Lara Passos (2025), a enunciação recorrente de “isso não é arqueologia” opera mais como um dispositivo de poder do que como uma avaliação epistemológica. Trata-se, logo, de um mecanismo que delimita quem pode falar em nome da arqueologia, o que é reconhecido como conhecimento legítimo e quais corpos, métodos e linguagens são considerados aceitáveis no campo disciplinar.

A crítica de Passos é particularmente sofisticada porque não afirma que “tudo é arqueologia” nem propõe a dissolução do campo. Ao contrário, sustenta que a arqueologia é historicamente construída, relacional e está em permanente disputa, podendo – e devendo – ser refeita a partir de outros corpos, outras experiências, outros métodos e outras linguagens. Apesar de inúmeras definições do campo, parece que nenhuma captura sua magnitude, especialmente porque hoje as perguntas feitas à materialidade e à própria arqueologia são bastante profundas (Harris; Smith, 2001). Muitas delas envolvem o questionamento de formas singulares de autoridade arqueológica para abranger múltiplas perspectivas e compreensões do campo e de seu objeto de estudo (Cipolla, 2025).

Matheus Mota (2025), por exemplo, interpreta o “isso não é arqueologia” não como uma dúvida epistemológica legítima, mas, sim, como um mecanismo de policiamento disciplinar sintomático de uma arqueologia defensiva. A partir dessa leitura, Mota propõe caminhos críticos contra a obsessão da arqueologia por categorias fixas, a validação do trabalho medida pela adesão a tradições, objetos e métodos consagrados (em detrimento da qualidade de perguntas, conceitos e análises). Critica, ainda, a redução dos potenciais analíticos decorrente da necessidade de “disfarçar” objetos (para que sejam aceitos como arqueológicos) e o empobrecimento do debate teórico, uma vez que o “isso não é arqueologia” tende a frear a experimentação teórica e metodológica em vez de abri-la.

Reconhecendo seu objeto como bastante indefinido, Laurent Olivier (2025) questiona se a arqueologia compreende o passado e explica comportamentos coletivos de outras épocas ou se estamos lidando com a memória desse passado – tal como ela se conserva materialmente no presente. Para o autor, já que isso implicaria que o passado, em si, é inalcançável, podendo ser conhecido apenas por meio da sua “pós-história” (reinterpretação contínua e mutável), seria então o presente o verdadeiro território da arqueologia – o único espaço onde o passado realmente subsiste.

A expressão raramente aparece escrita na literatura acadêmica, mas é reconhecida e reproduzida nas interações profissionais da área – como percebeu Rodney Harrison (2011) em relação à arqueologia do passado contemporâneo ou do presente. A ausência do “isso não é arqueologia” na literatura acadêmica não indica sua irrelevância, mas, sim, sua eficácia: quanto mais naturalizado o limite, menos ele precisa ser nomeado,

dizia Gilles Deleuze (1992) sobre as formas modernas de controle. Sua recorrência permite situá-la como parte de um fenômeno de cultura disciplinar (Becher; Trowler, 2001) – um tipo de discurso que atua sem precisar ser publicado, existindo como prática discursiva e performativa viva na oralidade, ou seja, em congressos, bancas, reuniões de pesquisa etc. Essa discrepância entre o dito e o publicado revela a existência de um regime disciplinar implícito, no qual o poder se exerce pela definição tácita do que é ou não legítimo, reconhecendo que as arqueologias submetidas ao “isso não é arqueologia”, semelhante ao que propõe Gloria Anzaldúa (2002), são um “entre”: o lugar em que o sujeito desestabiliza as fronteiras do legítimo e do ilegítimo.

O fato de que ninguém escreve “isso não é arqueologia” demonstra como essa é uma fala de poder e não um conceito teórico. Expressões como essa exercem autoridade como enunciados performativos, mas não descrevem um fenômeno. São usadas no âmbito do que Thomas Gieryn (1983) nomeou de “policiamento de fronteiras”: algo que não se reconhece explicitamente no discurso escrito porque quem está em posição de poder sente não precisar justificá-lo.

Como outras áreas do conhecimento científico, a arqueologia também possui rituais de exclusão que acontecem fora dos textos (Bourdieu, 1975). “Isso não é arqueologia, é sociologia”, ou “falta rigor arqueológico”, ou “isso é militância, não arqueologia” são práticas naturalizadas que definem pertencimento sem precisar ser formalizadas – fenômeno associado ao *habitus* de Pierre Bourdieu (1984). Contudo, esse tipo de tensão não é inédito: nos anos 1980, por exemplo, Shanks e Tilley (1987) descreviam a ruptura com um modelo positivista e a resistência sofrida no nascimento do pós-processualismo. A arqueologia histórica passou por processo semelhante (Thiesen, 2013), assim como o desafio enfrentado pelas arqueologias indígenas e negras atualmente, que também são exemplos de como “isso não é arqueologia” revela violências epistêmicas (Radane, 2024; Tupinambá; Kamaruara, 2025).

Nesse sentido, diversos autores têm ressaltado a violência, a exclusão, o controle disciplinar (Smith, 2006), a autoridade científica (Meskell, 1998) e os limites imaginados da disciplina junto ao papel de arqueólogas(os) que desafiam estes limites (Edgeworth, 2011). “Isso não é arqueologia” reflete a ideia, de certo modo, da existência de uma “arqueologia pura” cujo discurso de neutralidade é usado para excluir abordagens críticas (Hamilakis, 2004). Discuti-la insere este artigo em reflexões mais amplas de que arqueologias engajadas são rotuladas como “não científicas” (Meskell, 2002; Moshenska, 2017).

Essa tensão, porém, não deve ser vista como um sinal de fraqueza do campo, mas de vitalidade. A entrada de temas como sofrimento (Brandão, 2021), luto (Ledoux, 2017) e justiça (Costa, 2025) amplia o alcance da arqueologia e redefine seu papel social (Anzini, 2021a). Essas novas práticas não a destroem, mas a ressignificam, tornando-a mais humana, plural e relevante (Hartemann; Moraes, 2018). Como afirma Alfredo González-Ruibal (2019), a arqueologia contemporânea é também uma “arqueologia do presente” – um campo ético e político. Mas não se pode deixar de notar que dizer “isso não é arqueologia” é, em última instância, afirmar um modelo restrito de ciência. Ou, semelhante ao que Eduardo Restrepo e Arturo Escobar (2004) propõem para as “antropologias no mundo”, a arqueologia também se constrói no interior de práticas disciplinares e institucionais, a partir das quais se produz a arqueologia verdadeira ou válida. É isso que este artigo buscará analisar a partir de sua semântica, historicidade e materialidade.

TERRITÓRIOS

A expressão “isso não é arqueologia” pode ser dividida em três elementos: isso + não é + arqueologia. Tem comprimento de 4 palavras, com 21 caracteres, 7 sílabas

(is-so / não / é / ar-que-o-lo-gia). É curta e direta. Sua estrutura (gramatical) é composta por pronome + advérbio + verbo + substantivo. “Isso”, pronome demonstrativo (sujeito da frase); “não”, advérbio de negação, “é”, verbo de ligação (presente do indicativo); e “arqueologia”, substantivo comum, núcleo do predicado nominal, dão a ela a função sintática de sentença declarativa negativa.

“Isso”, pronome demonstrativo dêictico, tem a função de apontar algo específico em um texto, prática, discurso ou metodologia. É indexical, já que seu sentido depende do contexto e muda conforme quem fala e sobre o que se fala (Webmoor; Witmore, 2008). “Não é” é uma estrutura de negação junto ao verbo ser, que atua como fronteira semântica, excluindo algo de uma categoria ontológica (Derrida, 1982). O verbo ser em “isso não é” tem um valor essencialista porque define o que pertence ou o que não pertence (Viveiros de Castro, 2009).

Por fim, “arqueologia” indica o nome de um campo disciplinar e um conceito socialmente construído, que não é apenas uma palavra descritiva, mas também uma categoria institucional que carrega certa autoridade, prestígio e poder de definição (Berger; Luckmann, 1966). A força da frase não está apenas no seu conteúdo proposicional, afirmando algo sobre o mundo – o que não é arqueologia – na ação que se realiza (Searle, 1995). Carrega, assim, um sentido que propõe negação de identidade: a prática em questão não seria parte do domínio da arqueologia. Já no sentido pragmático, como ato de fala, ela faz algo no mundo (Austin, 1962), pois, ao dizer “isso não é arqueologia”, quem fala exclui, hierarquiza e deslegitima. O falante afirma seu poder semântico, assumindo a autoridade de definir os limites do campo (Lewiński, 2022).

“Isso não é arqueologia” tem como estrutura básica “X não é Y”, definindo “arqueologia” como essencialmente estável e delimitada, essência que é conhecida e compartilhada por quem fala. Esse processo transforma “arqueologia” em uma entidade ontológica e não em uma prática social mutável – semelhante ao “gênero” para Judith Butler (1993): uma prática discursiva reiterada. Em termos semântico, é uma frase que define pertencimento e nega inclusão. Funciona como um marcador de identidade, visto que constrói um limite conceitual rígido de arqueologia e faz do ouvinte um excluído (Bourdieu, 1991).

O pronome “isso” é fundamental, porque é uma palavra vazia, preenchida pelo contexto, como propõe a linguística de Benveniste (1966). “Isso” pode referir-se à metodologia usada (“isso de entrevistar comunidades não é arqueologia”), à abordagem teórica (“arqueologia feminista não é arqueologia”) ou ao objeto de estudo (“analisar ruínas contemporâneas não é arqueologia”) de quem ouve. Por isso a frase se repete em tantos âmbitos como performance, cujo sentido está menos no conteúdo e mais no “gesto de exclusão”, ato inaugural da modernidade que, para Michel Foucault (1972), define o sujeito racional pela oposição àquele acusado de não poder garantir a coerência de seu pensamento (o “louco”). E, de fato, a frase realiza um ato de fala de exclusão disciplinar e tem força declarativa (Butler, 1997), já que, ao ser dita por uma autoridade (professor, parecerista, pesquisador sênior), faz existir uma exclusão institucional. O falante que usa o “isso não é arqueologia” cria uma realidade institucional como efeito, similar a dizer que “a partir de agora, isto está fora da arqueologia”.

“Isso não é arqueologia” também é um enunciado ideológico, travestido de constatação semântica, cujos implícitos pragmáticos – sentidos que não estão expressos literalmente nas palavras (Ducrot, 1987) – revelam o caráter de poder e controle simbólico embutidos na expressão. Semelhante a outras expressões, como “isso não é ciência” ou “isso é ideologia”, ela opera por oposição e hierarquia, definindo o legítimo em contraste com o ilegítimo, o científico contra o político, ou o puro contra o contaminado – aquilo

que não se encaixa em uma categoria estabelecida, uma “anomia simbólica”, nas palavras de Mary Douglas (2001). Desse modo, a força da frase está tanto no que diz como no que implica; o falante implicitamente sugere (ou afirma) saber o que é arqueologia e que quem ouve não sabe. Ou seja, reivindica autoridade epistemológica e deslegitima o interlocutor, dando a entender que há uma fronteira clara e que a disciplina tem essência, rejeitando – a ambiguidade e o hibridismo para reforçar um ideal de pureza e universalidade científica (Haraway, 1985).

A frase é, do ponto de vista semântico, um ato de exclusão identitária que opera tanto na linguagem quanto nas relações de poder. Seu sentido literal é simples, mas sua força pragmática é complexa: ao negar, ela produz fronteira, autoridade e hierarquia, na linha do “você sabe com quem está falando?” analisada por Roberto DaMatta (1979). Afinal, o que está em jogo quando alguém diz “isso não é arqueologia”? Quando um pesquisador ou instituição afirma que determinada prática “não é arqueologia”, está-se reivindicando uma autoridade epistemológica sobre o campo, tentando preservar fronteiras identitárias do que é considerado “científico” e reagindo à sua expansão ética e política (Quijano, 2008). Ou seja, podemos entender a frase como uma estratégia de demarcação de território intelectual.

“Isso não é arqueologia” é um fenômeno de “trabalho de fronteira” (Gieryn, 1983), ou seja, um exemplo prático de como as disciplinas constroem fronteiras para manterem autoridade. Tais fronteiras são construídas discursivamente, reforçando o que é legítimo e excluindo o que ameaça sua identidade. No caso da arqueologia, abordagens mais tradicionais – centradas em cronologias, no antigo e no escavado – construíram sua legitimidade científica em oposição a discursos tidos como “subjetivos” (como a memória, a política, o sofrimento e a ética) (González-Ruibal, 2013). Quando novas abordagens propõem integrar subjetividade, trauma, justiça social e engajamento comunitário, elas desestabilizam seu contrato epistemológico moderno (Stottman, 2010). Portanto, “isso não é arqueologia” expressa uma ansiedade do falante diante da perda de monopólio interpretativo (Hodder; Hutson, 2003).

Márcia Bezerra (2015), ao evidenciar que os objetos “vazam” no presente, entende que a arqueologia pode desafiar a noção de que o passado é fechado, de que os objetos são estáveis e de que a(o) arqueóloga(o) ocupa uma posição neutra. Essa perspectiva legitima afetos, narrativas e relações como dimensões constitutivas da prática arqueológica, desmonta hierarquias epistêmicas e evidencia que a arqueologia sempre foi mais ampla do que os limites institucionais que hoje procuram contê-la. “Isso não é arqueologia” parece ter como alvo estes posicionamentos – mais políticos e éticos – que desenvolvem trabalhos focados em memórias, relações humanas e no sofrimento; que entendem a(o) arqueóloga(o) como agente relacional e coautora, valorizando o diálogo interdisciplinar e o engajamento; e que se legitimam também pela responsabilidade social, e não apenas pelos métodos científicos (Smith, 2006). A tensão que expressa não é apenas epistemológica, mas moral e institucional, já que envolve disputas por poder, financiamento, reconhecimento e prestígio acadêmico (Ahmed, 2017).

“Isso não é arqueologia” carrega uma série de pressupostos defendidos ao excluir novas práticas. Tais enunciados também flutuam no âmbito das políticas do conhecimento e reflete o que é considerado “arqueologia legítima”, reproduzindo hierarquias coloniais e eurocêtricas (Haber, 2021). Fica evidente que a definição do que é ou não arqueologia, do que é ou não ciência, é socialmente construída e institucionalmente negociada. Afinal, quem decide o que é arqueologia? Com base em quais critérios? A quem serve essa delimitação?

ESTRATIGRAFIA

O enunciado “isso não é arqueologia” não é algo novo. As fronteiras da arqueologia sempre foram alvo de debate, e a expressão é parte de um padrão histórico e estrutural da ciência moderna. A construção da identidade científica da arqueologia, de uma prática antiquarista à ciência moderna, perdurou por todo o século XX e pode ser narrada – como em Latour (1987) para a história da ciência – como uma série de disputas sobre quem tem o direito de dizer “isso é arqueologia” e o que fica de fora. Nesse sentido, a visibilidade e a consciência crítica sobre esse mecanismo interessam à arqueologia contemporânea.

“Isso não é arqueologia” atualiza o gesto de exclusão da ciência moderna (Santos, 2019), manifestando um gesto epistemológico ancestral herdado da própria fundação do ideal científico moderno (Mignolo, 2000). Desde o século XVII, a ciência constrói sua legitimidade definindo o que ela não é: religião, filosofia, opinião, crença, mito ou experiência popular (Harding, 1991). Nos séculos XVII e XVIII, Galileu, Newton e Bacon definiram uma nova ciência contra o “saber vulgar”, o senso comum e a teologia (Febvre, 1942). O discurso científico nasceu negando o outro, pois ser científico é ser racional, empírico e universal. Foucault (1980) mostrou que essa ruptura criou a episteme na qual o humano é sujeito de conhecimento que observa o mundo “de fora”. Com o século XIX, no âmbito das institucionalizações, as disciplinas se fragmentam e fronteiras são consolidadas (Morin, 2003), nas quais cada uma estabelece um sistema de exclusão interno: “isso é biologia”, “isso é arqueologia”, “isso é folclore”.

Com o século XX, rupturas e crises internas se proliferam, ficando claro, como na análise de Thomas Kuhn (1962), que paradigmas científicos mudam quando o que era considerado “não científico” passa a ser aceito. Cada mudança de paradigma é acompanhada por um coro de “isso não é ciência” – e, no caso da arqueologia, “isso não é arqueologia”. Esses são os campos de poder simbólicos, analisados por Bourdieu (1984), nos quais quem define o que é legítimo define também o que é financiado, publicado e ensinado.

A arqueologia sempre se definiu por negação, por uma história de exclusões sucessivas, e cada fase teve seus “isso não é arqueologia”. No século XIX, mitologia e oralidade foram práticas excluídas por antiquários e positivistas que decidiram que isso não fazia parte da arqueologia (Trigger, 1989). Entre os anos 1960 e 1970, as práticas excluídas eram as interpretações simbólicas e a subjetividade; o “isso não é arqueologia” vinha dos arqueólogos “científicos” com o processualismo (Fleming, 2006; Kohl, 2010). Com os anos 1980 e 1990, as práticas excluídas foram os modelos matemáticos e ecológicos, e coube aos pós-processualistas dizerem “isso não é arqueologia” (Hodder, 1991). Nos anos 2000 e 2010, com as arqueologias públicas, decoloniais, trans, feministas e negras (Anzini, 2021b; Battle-Baptiste, 2011; Dowson, 2000; Little; Schakel, 2007; Silva, 2015), ativismo, política, ética e engajamento são questionados, cabendo a uma parte mais tradicional da academia recorrer ao “isso não é arqueologia”.

A história social e intelectual da arqueologia no Brasil é exemplo de como suas distintas fases foram condicionadas por contextos institucionais e epistemológicos – e não apenas por marcos cronológicos – em movimentos que revelam mais sobre limites historicamente construídos do que sobre a validade das práticas excluídas. A isto, Passos (2025) denominou de “pátina”: a crosta do tempo nas coisas. Ao longo da formação da arqueologia, determinados métodos, narrativas e objetos foram considerados legítimos, enquanto outros foram desqualificados como não científicos, acionando mecanismos de poder que definiram quem – e de que maneira – podia falar sobre o passado (Barreto, 1999; Funari; Noelli, 2002).

Em São Paulo, por exemplo, durante muito tempo a lógica do “isso não é arqueologia” manifestou-se sob a ótica do “são amadores”, em função de vinculações

a instituições como o Instituto de Pré-História (IPH) ou o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP). Esse processo articulou-se à construção do “duartismo”, narrativa heroica centrada em determinadas figuras da elite paulistana – como Paulo Duarte –, alçadas à condição de especialistas humanistas exemplares e em detrimento de pesquisadores imigrantes, como o japonês Kiju Sakai e o italiano Ettore Biocca (Souza, 2014). Tal narrativa institucional contribuiu para o epistemicídio – diagnosticado por Caromano *et al.* (2017), Ribeiro *et al.* (2017) e Passos (2017) – que soterrou a atuação fundamental de agentes e práticas que não se alinhavam a esse projeto. Isso ocorre, em especial, com mulheres fundamentais na formação da arqueologia em São Paulo, como Virginia Watson, Bente Bittmann Simons, Dorath Uchoa, Luciana Pallestrini, Niede Guidon, Margarida Andreatta, Vilma Chiara, Ruth Kunzli, Lia de Freitas García, Maria Andréia Loyola, Gabriela Martins, Lúcia de Mello, Julia Prioli, Vera Penteado Coelho, Conceição Borges Ribeiro Camargo, Marlene Suano, Nobue Myasaki, Norah de Toledo Boor, Silvia Maranca, Eliete Pitágoras, Elizabeth Lobl e Águeda Vilhena.

Ou seja, o “isso não é arqueologia” parece reaparecer ciclicamente, mudando de alvo, mas com a mesma função de proteger o núcleo de legitimidade do campo (Gnecco, 2009; Holtorf, 2010). Essa proteção revela, de forma incômoda, a incompletude e a falta de coerência interna presentes na arqueologia atual. Nesse sentido, campos de estudo taxados como “isso não é arqueologia” existem porque há uma lacuna no que se dizia completo. Eles, portanto, suplementam revelando a falta, semelhante ao que Jacques Derrida (1973) cunhou de “suplemento perigoso”: o que vem depois de algo que era considerado completo.

A exclusão que produz o “isso não é arqueologia” também tem uma base filosófica e moral, já que, desde o positivismo, ciência é sinônimo de pureza epistêmica, livre de valores, objetiva e universal (Kuhn, 1962). Qualquer prática que soe contaminada por emoção, política ou ética, é vista como ameaça (Tringham, 1994). Como mostram autores contemporâneos (Hamilakis, 2004), tal pureza é uma ilusão moderna. Todo conhecimento é situado, relacional e atravessado por poder (Haraway, 1988). “Isso não é arqueologia” ecoa o mito da neutralidade científica.

Talvez o que seja novo aqui não é a existência da exclusão, mas o fato de que passamos a falar mais abertamente sobre ela; sobre ética, colonialismo, racismo, cura e trauma, reconhecendo a necessidade de abertura a novas epistemologias, tematizando, questionando e visibilizando o excluir (Noelli; Sallum; Casimiro, 2022). A geração atual de arqueólogas(os) tem consciência reflexiva de que o “isso não é arqueologia” não é um enunciado neutro, mas um ato político (Landgraf, 2023). E com a arqueologia passando a estudar a si mesma e suas exclusões, fronteiras e mitos fundadores, fortalecem-se movimentos reflexivos e autocríticos que marcam o caráter contemporâneo do tema (Costa, 2023; Gomes, 2023; Mota, 2021; Wittmann, 2022).

“Isso não é arqueologia” é a atualização local de um mecanismo histórico estrutural da ciência moderna – o de produzir autoridade pela exclusão (Quijano, 2008). O que muda, hoje, é que a arqueologia, mais consciente de si, começa a analisar esse gesto como objeto, e não apenas a repeti-lo. O campo deixa de perguntar apenas “o que é arqueologia” e passa a se perguntar “quem tem o poder de decidir o que é arqueologia – e por quê?” (Atalay, 2012; Wai Wai; Caixeta de Queiróz, 2024).

COISA

Analisar “isso não é arqueologia” em sua materialidade é fazer arqueologia da própria arqueologia, na linha do que propõe Lara Passos (2023), tratando discursos,

instituições e frases como artefatos com estratigrafia, pátina, proveniência, materialidade e contextos. Analisar os próprios discursos e instituições da arqueologia como construções materiais (Shanks; Tilley, 1987) ou como ruínas (González-Ruibal, 2019) permite notar como a frase/objeto está enredada com pessoas, poderes e instituições (Hodder, 2012). Como coisa – não física, mas ontológica, epistemológica ou metodológica –, pode ser examinada, descrita, classificada e relacionada a contextos materiais e sociais, carregando informações sobre práticas, poder e ideologia (Lund; Furholt; Ausvoll, 2022).

“Isso não é arqueologia” é um vestígio (linguístico) e um artefato discursivo (Foucault, 2008) que circula dentro de um campo institucional. O enunciado aparece em certos contextos (bancas, congressos, pareceres ou aulas), pertence a uma tipologia (frases de exclusão disciplinar), mostra desgastes, repetições e adaptações ao longo do tempo, e sua forma e uso dizem algo sobre a sociedade que a produziu. Ou seja, tem proveniência, contexto, materialidade (mesmo que sonora) e função simbólica (Figura 1).

Figura 1. Dimensões analíticas da frase “isso não é arqueologia”.



Fonte: Autor.

Quanto a onde, quando e por quem é usada, “isso não é arqueologia” mostra hierarquias e regimes de autoridade (associadas a avaliadores, docentes ou revisores). A expressão tem proveniência institucional e nasce em um contexto de poder (universidade, revista científica ou órgão de patrimônio), e analisá-la é fazer arqueologia do poder disciplinar (Kristiansen, 2012). A disciplina é o sítio, suas estruturas são as práticas discursivas e avaliativas, e os artefatos são as falas e os textos que delimitam o campo. Nesse sítio, “isso não é arqueologia” é um artefato de exclusão, talvez equivalente a uma área de descarte ou uma lixeira, onde são depositadas coisas (teorias, métodos ou temas) consideradas impuras, perigosas ou inadequadas. “Isso não é arqueologia” é uma forma de gestão simbólica dos restos da disciplina; uma higienização disciplinar.

Quanto a seu contexto e situação social, institucional e emocional do enunciado, este indica tensões disciplinares, disputas de legitimidade e momentos de crise paradigmática. Estratigraficamente, sua distribuição espaço-temporal revela camadas históricas de sentido, nas quais cada época deposita novos significados à frase, uma vez que o que era “não arqueologia” em 1950 não é o mesmo em 2020. Em termos de associação, “isso não é arqueologia” aparece junto de enunciados que mapeiam campos semânticos de exclusão (“isso é antropologia”, “isso é militância”, etc.). A frase é um

depósito de camadas históricas de sentido (Passos, 2025). Cada vez que ela é usada, reativa camadas anteriores e adiciona novas. As camadas mais profundas (século XIX) são as da formação da disciplina, que excluía o mito e a oralidade; seguida pela segunda camada (anos 1960), que excluía abordagens interpretativas e simbólicas; a terceira camada (anos 1980), que excluía a ideia de objetividade absoluta; a quarta camada (anos 2000), que excluía práticas engajadas, políticas e éticas; e a quinta camada (atual), mais próxima da superfície e bastante dinâmica, na qual se analisam os próprios enunciados, escavando as camadas sedimentadas de ideologia disciplinar, como o próprio “isso não é arqueologia”.

Quanto à sua materialidade, a forma física/sonora da frase e seu registro em fala ou texto, indica o poder imediato da oralidade; já a textualização (via pareceres, por exemplo), mostra a institucionalização da exclusão. A frase apresenta reuso quando apropriada ou parodiada, além de formas de recontextualização não tão frequentes, em que arqueólogas(os) poderiam usar “isso não é arqueologia” para autocrítica. Sua deposição também é interessante, já que reemerge, desaparece e retorna a cada crise teórica ou ampliação de escopo disciplinar, como camada reativada de um depósito simbólico.

Sob uma perspectiva simétrica, a expressão é imaterial, com agência, relações e efeitos concretos, atuando no mundo social, já que produz efeitos ao reforçar hierarquias, criar regras ou excluir pessoas (Witmore, 2007). Nesse sentido, atua como objeto porque participa de uma rede de relações humanas e não-humanas (Neumann, 2012). Entre humanos e arqueólogas(os), reforça fronteiras disciplinares, influenciando quem é incluído ou excluído do debate. Pode guiar interpretações ou desencorajar abordagens consideradas “não legítimas” e, assim, barrar transformações e novidades no campo. Sua frequência pode ser ditada por quanto os ouvintes lembram ou repetem a frase, transformando-a em discurso coletivo; mas, em sua agência, afeta o ouvinte que interpreta, reage e decide se aceita ou contesta. Entre não-humanos, é de se pensar que impacta corpos e gestos de ouvintes, que podem mudar de postura ou interromper ações. Usada em locais específicos, cria efeitos espaciais, e pode influenciar inclusive quem entra, quem observa ou quem participa. “Isso não é arqueologia” pode alterar a forma como um objeto é tratado, catalogado ou interpretado, por ser considerado não arqueológico.

Esse enunciado modela espaços de ação, tanto quanto muros, trilhas e rios, atuando sobre a paisagem social e institucional e moldando como lugares (laboratórios ou salas de aula) são vividos, valorizados ou excluídos (Barrett; Ko, 2009). Circulando em diferentes instituições, cria camadas de sedimentação na paisagem institucional, já que é parte da construção de quais práticas ou enfoques são legítimos, estruturando trajetórias profissionais e hierarquias de poder. Cada vez que ela é reproduzida, deposita uma nova camada de sentido sobre as ruínas da disciplina. Fazer sua arqueologia é, portanto, escavar o campo intelectual para revelar como ele produz, deposita e recicla seus próprios limites.

“Isso não é arqueologia” funciona como um marcador territorial disciplinar, comunicando o que está dentro ou fora da “terra da arqueologia”. O enunciado é parte de um fluxo contínuo de territorialização, pois sua produção define fronteiras e internaliza limites por aqueles que com ele interatuam. O território criado por “isso não é arqueologia” guia comportamentos, interpretações e caminhos (Zedeño, 2016).

A expressão participa de redes de poder e conhecimento em seu agenciamento, e produz efeitos no instante, mas persiste se registrada em sua temporalidade. Ela resiste a diágeneses, repetida, transmitida oralmente e institucionalizada; sua intangibilidade a faz menos exposta a efeitos tafonômicos, já que está para além da composição orgânica. Seu suporte é a voz, o parecer ou o comentário informal. “Isso não é arqueologia” ganha

autonomia e circula, sendo reusada por diferentes agentes, portando, assim, uma biografia de objeto (Kopytoff, 2008): nasce em certos contextos, muda de donos (de professor a aluno), ganha novos usos (ironia, crítica, exclusão), e continua ativa.

Seus processos de formação permitem entender como chega até as pessoas e que processos lhe conferem significado (Schiffer, 1972). Os processos culturais de sua existência envolvem produção (alguém a pensa e a pronuncia), contexto social (banca, congresso ou sala de aula), intenção e efeito imediato (afirma autoridade e exclui) e ações subsequentes (internalização, reprodução e contestação). Assim, “isso não é arqueologia” funciona como artefato comportamental, produzido e manipulado dentro de uma cadeia de ações humanas. No entanto, ouvintes lembram e esquecem que a frase circula oralmente, reforça normas em repetições e sedimentações, e tem efeitos indiretos moldando práticas futuras, relações de poder e escolhas metodológicas. Como vestígio efêmero, é modificada pelas dinâmicas humanas e institucionais de tempo, uso e deposição (Schiffer, 1987).

Do ponto de vista de sua cadeia operatória (Leroi-Gourhan, 1964), suas sequências de ação técnica podem ser divididas em: preparação (alguém pensa, formula ou seleciona a frase), execução (a frase é pronunciada), recepção e transformação (o ouvinte interpreta, reage, lembra, repete ou contesta) e consequência (reforça as fronteiras disciplinares, a exclusão física e simbólica ou altera práticas e comportamentos). Cada etapa é um elo da cadeia (pensamento > fala > reação > sedimentação) e seus efeitos podem ser mapeados (inclusão/exclusão > autoridade disciplinar > trauma).

Sob a ótica da arqueologia forense, “isso não é arqueologia” traz impactos, segundo o princípio de Locard (1931) de que todo vestígio deixa marcas. Nesse caso, é na memória de quem ouviu, produzindo efeitos de autocensura, retração e mudanças metodológicas, que compõe a sequência de eventos do feito (Ferllini, 2007). Sua cadeia de custódia (Evans; Stagner, 2003) passa por quem fala e pelo contexto institucional; sua recepção, pelos ouvintes; sua repetição, pela sedimentação em normas disciplinares; e cada etapa pode alterar ou reforçar o efeito dessa evidência. A frase atua como cadeia de efeitos (Houck; Siegel, 2015) e como vestígio que não pode ser ignorado. Difere de formas variadas dependendo de quem a manuseia, reproduzida fora do contexto original e ampliando ou distorcendo seu efeito. Registros são fundamentais para sua interpretação (Dirkmaat, 2012) e deve-se documentar quando, como e onde “isso não é arqueologia” aparece, a fim de propor uma narrativa do que ocorreu – quem disse e em que circunstância, quais os efeitos imediatos e posteriores e como contribuiu para a normatização do campo como linha de evidência da dinâmica disciplinar.

“Isso não é arqueologia”, por sua natureza de gesto excludente, definindo fronteiras e limitando legitimidades, age, media relações e produz afetos, gerando sentimentos de inadequação, dúvida sobre competências próprias e a sensação de não pertencimento – traumas que afetam profundamente a identidade profissional e intelectual (Said, 2001). Esses episódios de exclusão se acumulam, afetando a confiança epistemológica, a capacidade de produzir pesquisas e a saúde mental. É um objeto maldito, com agência disruptiva (Malta, 2020), que afeta relações com colegas, professores e avaliadores, marcando as formas como alguém se engaja com projetos e debates futuros. Pode, por fim, silenciar vozes já marginalizadas.

CONCLUSÃO

Este artigo buscou problematizar a frase “isso não é arqueologia”, repetida em certos espaços, apesar de não representar nada inédito. Analisada a partir dos pontos de vista semântico, sócio-histórico e arqueológico, este estudo desarticula seus usos e

desusos como tecnologia de opressão que reforça, como Sara Ahmed (2012) propõe, as instituições acadêmicas como máquinas de reprodução de hierarquias; espaços que declaram valores progressistas, mas protegem o status quo e tornam algumas vozes descartáveis. “Isso não é arqueologia” reflete que a discência é freiriana, ao criticar aquilo que Paulo Freire (1987) denominou de “educação bancária”. Arqueologias taxadas com essa expressão parecem defender que o conhecimento é um ato ativo de transformação e curiosidade, e não a absorção de informações de forma dócil e passiva. O enunciado pode ser atribuído àqueles que Rosana Pinheiro-Machado (2016) chamou, em sua crítica à universidade neoliberal e à despolitização da educação, de “anti-professores”, padrões de conduta e poder na academia baseados na hierarquia absoluta sobre o conhecimento, na vaidade e na humilhação, que burocratizam e instrumentalizam o ensino.

É improvável que “isso não é arqueologia” deixe de ser dito. Talvez nem deva. A expressão é parte de como mudamos, um tema tão caro à arqueologia (Gosden, 1994). Mas reconhecer que ela atua em campos de poder, e tem impacto sistêmico e individual naqueles que a ouvem, é importante. “Isso não é arqueologia” revela mais sobre quem fala e de onde fala do que sobre o objeto que focaliza. Funciona como dispositivo de controle disciplinar, uma tecnologia de poder que regula pertencimentos, legitima vozes e silencia outras. Talvez, pela primeira vez na história da arqueologia, exista uma forte tendência a não definir a arqueologia pelo que exclui – como veio sendo feito até o momento –, mas pelo que é capaz de escutar e incluir (Simoni, 2024). A ampliação ética e política da disciplina não nega sua cientificidade, mas a humaniza.

Por mais irritante e desgastante que seja; por mais que ser exposto e imposto ao “isso não é arqueologia” traga, sim, riscos de exclusão, de perda de financiamentos, de desclassificações de concursos e de não publicações por aqueles que exercem o poder a partir de instituições, como universidades, centros de pesquisa e agências de fomento; necropsiá-la, resignificá-la e destrinchá-la pode trazer algum alívio. Muito provavelmente, quem foi e é alvo do “isso não é arqueologia”, faz pesquisas de vanguarda, abalando as fronteiras disciplinares que buscam preservar a autoridade científica. Isso porque vivemos no presente, nossas ideias vêm dele e é importante admitir que as interpretações que construímos são baseadas nele. A arqueologia é uma prática em movimento e que movimenta, que “abala”, como propõe Thamyres Pacheco (2024) –, cuja identidade se constrói na tensão entre tradição e transformação. E, de fato, a história da arqueologia mostra que cada geração olhou para a anterior apontando e questionando suas falhas, faltas e formas problemáticas de lidar e pensar as experiências humanas. Não há nada mais arqueológico que isso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHMED, Sara. *On being included: racism and diversity in institutional life*. Durham (US): Duke University Press, 2012.

AHMED, Sara. *Living a feminist life*. Durham (US): Duke University Press, 2017.

ANZALDÚA, Glória. Now let us shift... the path of conocimiento... inner work, public acts. In: ANZALDÚA, Glória; KEATING, Ana Louise. (eds.). *This bridge we call home: radical visions for transformation*. Nova York (US): Routledge, 2002. p. 540-578.

ANZINI, Violet Baudelaire. *A queda do falo: arqueologia do cotidiano de travestis e mulheres trans*. Porto Alegre, 2021a.

ANZINI, Violet Baudelaire. Os impasses da bioarqueologia: o dimorfismo sexual sob uma crítica transfeminista. *Revista Arqueologia Pública*, v. 16, n. 1, p. 129-144, 2021b.

- ATALAY, Sonya. *Community-based archaeology: research with, by, and for indigenous and local communities*. Berkeley (US): University of California Press, 2012.
- AUSTIN, John Langshaw. *How to do things with words*. Oxford (UK): Clarendon Press, 1962.
- BARRETO, Cristiana. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. *Revista USP*, v. 44, p. 32-51, 1999.
- BARRETT, John C.; KO, Ihong. Landscape archaeology. In: HICKS, Dan; BEAUDRY, Mary. (eds.). *The Oxford handbook of material culture studies*. Oxford (UK): Oxford University Press, 2009. p. 211–234.
- BATTLE-BAPTISTE, Witney. *Black feminist archaeology*. Nova York (US): Routledge, 2011.
- BECHER, Tony; TROWLER, Paul R. *Academic tribes and territories: intellectual enquiry and the cultures of discipline*. Philadelphia (US): Open University Press, 2001.
- BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale*. Paris (FR): Gallimard, 1966.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *The social construction of reality: a treatise in the sociology of knowledge*. Nova York (US): Doubleday & Company, 1966.
- BEZERRA, Márcia. O machado que vaza: reflexões sobre arqueologia, coisas e narrativas. *Vestígios*, v. 9, n. 1, p. 47-63, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. The specificity of the scientific field and the social conditions of the progress of reason. *Social Science Information*, v. 14, n. 6, p. 19-47, 1975.
- BOURDIEU, Pierre. *Homo academicus*. Paris (FR): Minuit, 1984.
- BOURDIEU, Pierre. *Language and symbolic power*. Cambridge (UK): Polity Press, 1991.
- BRANDÃO, Juliana M. *Arqueologia da loucura: narrativas alternativas, cultura material e história do hospital Colônia de Barbacena*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.
- BUTLER, Judith. *Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”*. Nova York (US): Routledge, 1993.
- BUTLER, Judith. *Excitable speech: a politics of the performative*. Londres (UK): Routledge, 1997.
- CAROMANO, Caroline F.; et al. Nem todas são Betty ou Anna: o lugar das arqueólogas no discurso da arqueologia amazônica. *Revista de Arqueologia*, v. 30, n. 2, p. 115-129, 2017.
- CIPOLLA, Craig N. Archaeology’s epistemological breadth: collaborative-indigenous and ontological turns in historical perspective. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 79, 101715, 2025.
- COSTA, Diogo M. Ecoarqueologia das mudanças climáticas: da resiliência pré-histórica à sustentabilidade contemporânea. *Revista de Arqueologia*, v. 36, n. 2, p. 274–298, 2023.
- COSTA, Luciana A. *O caminho de casa: arqueologia, ancestralidade e aquilombamento nos territórios Laje e Canjembre, antiga fazenda e olaria Carmo, em Rosário, Maranhão*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025.
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

- DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, Gilles. (ed.). *Conversações (1972–1990)*. São Paulo: Editora 34, 1992. p. 05-09.
- DERRIDA, Jacques. *Da gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- DERRIDA, Jacques. *Margins of philosophy*. Chicago (US): University of Chicago Press, 1982.
- DIRKMAAT, Denis. C. (ed.). *A companion to forensic anthropology*. Chichester (UK): John Wiley & Sons, 2012.
- DOUGLAS, Mary. *Purity and danger: an analysis of concepts of pollution and taboo*. Nova York (US): Routledge, 2001.
- DOWSON, Thomas A. Why queer archaeology? An introduction. *World Archaeology*, v. 32, n. 2, p. 161-165, 2000.
- DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- EDGEWORTH, Matt. *Fluid pasts: archaeology of flow*. Londres (UK): Bristol Classical, 2011.
- EVANS, Mary M.; STAGERN, Pamela A. Maintaining the chain of custody evidence handling in forensic cases. *AORN Journal*, v. 78, n. 4, p. 563-569, 2003.
- FEBVRE, Lucien. *Le problème de l'incroyance au XVIe siècle: la religion de Rabelais*. Paris (FR): Albin Michel, 1942.
- FERLLINI, Roxana. (ed.). *Forensic archaeology and human rights violations*. Springfield (US): Charles C. Thomas Publisher, 2007.
- FLEMING, Andrew. Post-processual landscape archaeology: a critique. *Cambridge Archaeological Journal*, v. 16, n. 3, p. 267-280, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *História da loucura na idade clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- FOUCAULT, Michel. *Power/Knowledge: selected interviews and other writings, 1972-79*. Nova York (US): Pantheon, 1980.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 2008.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- FUNARI, Pedro P. A.; NOELLI, Francisco S. *Pré-história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002.
- GIERYN, Thomas F. Boundary-work and the demarcation of science. *American Sociological Review*, v. 48, n. 6, p. 781-795, 1983.
- GNECCO, Cristóbal. Crítica reflexiva, arqueología y comunidad. *Revista de Arqueologia*, v. 22, n. 2, p. 7-15, 2009.
- GOMES, Ney. A paisagem histórica da capital paraense e suas interrelações com as pessoas: e a arqueologia com isso? *Revista de Arqueologia*, v. 36, n. 2, p. 243-273, 2023.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. Reclaiming archaeology. In: GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. (ed.). *Reclaiming archaeology: beyond the tropes of modernity*. Londres (UK): Routledge, 2013. p. 1-29.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. *Archaeology of the contemporary era*. Abington (UK): Routledge, 2019.
- GOSDEN, Cris. *Social being and time*. Oxford (UK): Blackwell, 1994.

- HABER, Alejandro. A descolonização do pensamento arqueológico na América do Sul. In: NAVARRO, Alexandre G.; SANTOS, Raquel. (ed.). *Memória, cultura material e sensibilidade: estudos em homenagem a Pedro Paulo Funari*. Jundiaí: Paco Editorial, 2021. p. 115-143.
- HAMILAKIS, Yanis. Archaeology and the politics of pedagogy. *World Archaeology*, v. 36, n. 2, p. 287-309, 2004.
- HARAWAY, Donna. A cyborg manifesto: science, technology, and socialist-feminist in the late twentieth century. In: HARAWAY, Donna. *Simians, cyborgs and women: the reinvention of nature*. Nova York (US): Routledge, 1985. p. 149-181.
- HARAWAY, Donna. Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. *Feminist Studies*, v. 14, n. 3, p. 575-599, 1988.
- HARDING, Sandra. *Whose science? Whose knowledge? Thinking from women's lives*. Ithaca (US): Cornell University Press, 1991.
- HARRIS, Jennifer F.; SMITH, Charlotte A. What is Archaeology? How exploring the past enriches the present. *Early Georgia*, v. 29, n. 20, p. 15-26, 2001.
- HARRISON, Rodney. Surface assemblages: towards an archaeology in and of the past. *Archaeological Dialogues*, v. 18, n. 2, p. 141-161, 2011.
- HARTEMANN, Gaby; MORAES, Irislaine. P. Contar histórias e caminhar com ancestrais: por perspectivas afrocentradas e decoloniais na arqueologia. *Vestígios*, v. 12, n. 1, p. 117-141, 2018.
- HODDER, Ian. Interpretive archaeology and its role. *American Antiquity*, v. 56, n. 1, p. 7-18, 1991.
- HODDER, Ian. *Entangled: an archaeology of the relationships between humans and things*. Malden (US): Wiley-Blackwell, 2012.
- HODDER, Ian; HUTSON, Scott. *Reading the past: current approaches to interpretation in archaeology*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2003.
- HOLTORF, Cornelius. Can archaeology save the world? *World Archaeology*, v. 42, n. 3, p. 518-528, 2010.
- HOUCK, Max M.; SIEGEL, Jay A. *Fundamentals of forensic science*. San Diego (US): Elsevier, 2015.
- KOHL, Philip L. Limits to a post-processual archaeology (or, the dangers of a new scholasticism). In: YOFFEE, Norman; SHERRATT, Andrew (eds.). *Archaeological theory: who sets the agenda?* Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2010. p. 13-19.
- KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, A. (ed.). *A vida social das coisas*. Niterói: EdUFF, 2008. p. 89-121.
- KRISTIANSEN, Kristian. The discipline of archaeology. In: CUNLIFFE, Barry W.; GOSDEN, Cris; JOYCE, Ray A. (eds.). *The Oxford handbook of archaeology*. Oxford (UK): Oxford University Press, 2012. p. 3-46.
- KUHN, Thomas. *The structure of scientific revolutions*. Chicago (US): University of Chicago Press, 1962.
- LANDGRAF, Cristiano. Por uma arqueologia crítica e militante. *Revista Tarairiú*, v. 1, n. 21, p. 1-19, 2023.
- LATOUR, Bruno. *Science in action: how to follow scientists and engineers through society*. Cambridge (US): Harvard University Press, 1987.

- LEDOUX, Nina. *Arquiteturas sufragadas e memórias construídas: uma arqueologia da memória da Remanso submersa-BA*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2017.
- LEROI-GOURHAN, Andrés. *Le geste et la parole*. Paris (FR): Albin Michel, 1964.
- LEWIŃSKI, Marcin. Challenging authority with argumentation: the pragmatics of arguments from and to authority. *Languages*, v. 7, n. 3, p. 1-18, 2022.
- LITTLE, Barbara J.; SCHAKEL, Paul A. (eds.). *Archaeology as a tool of civic engagement*. Plymouth (UK): AltaMira Press, 2007.
- LOCARD, Édmond. *Traité de criminalistique* (Vols. 1–2). Desvignes, 1931.
- LUND, Julie; FURHOLT, Martin; AUSVOLL, Knut I. Reassessing power in the archaeological discourse. How collective, cooperative and affective perspectives may impact our understanding of social relations and organization in prehistory. *Archaeological Dialogues*, v. 29, n. 1, p. 33-50, 2022.
- MALTA, Marize. Trepadas vibrantes: móveis de amor, brinquedos sexuais e como abordar objetos despudorados na história da arte. In: CONGRESSO DO COMITÊ BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA ARTE (CBHA), 38., 2018, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018. p. 864-878.
- MESKELL, Lynn. Introduction: archaeology matters. In: MESKELL, Lynn., *Archaeology under fire: nationalism, politics and heritage in the Eastern Mediterranean and Middle East*. Nova York (US): Routledge, 1998. p. 1-13.
- MESKELL, L. Negative Heritage and Past Mastering in Archaeology. *Anthropological Quarterly*, v. 75, n. 3, p. 557-574, 2002.
- MIGNOLO, Walter. *Local histories / global designs: coloniality, subaltern knowledges, and border thinking*. Princeton (US): Princeton University Press, 2000.
- MORIN, Edgard. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- MOSHENKA, Gabriel. Ethics and Activism in Contemporary Archaeology. *World Archaeology*, v. 49, n. 3, p. 323-337, 2017.
- MOTA, Matheus M. Arqueologia de ofícios contemporâneos: meditações sobre tecnologias percíveis hoje e no futuro. *Revista de Arqueologia*, v. 34, n. 3, p. 337-353, 2021.
- MOTA, Matheus M. *The electric sound of modernity: an archaeological approach for electric guitars*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025.
- NASCIMENTO, Luana R. Na comida de minha vó, um encontro ancestral: reflexões arqueológicas acerca do preparo do quiabo enquanto um mediador de relações afrodiáspóricas. *Revista de Arqueologia*, v. 37, n. 1, p. 64-81, 2024.
- NEUMANN, Mariana A. Por uma arqueologia simétrica. *Cadernos do LEPAARQ*, v. 5, n. 9/10, p. 82-95, 2012.
- NOELLI, Francisco S.; SALLUM, Mariane; CASIMIRO, Tania M. Conexões atlânticas: arqueologias do colonialismo. *Cadernos do LEPAARQ*, v. 19, n. 37, p. 7-16, 2022.

- OLIVIER, Laurent. In the dark abyss of time: where stands archaeology? In: NATIV, Assaf; LUCAS, Gavin (eds.). *Shadow archaeologies: in the shadow of antiquity or for other modes of archaeological worldmaking*. Abington (UK): Routledge, 2025. p. 296-311.
- PACHECO, Thamyres. *Passado que se faz presente - busca arqueológica guiada pela memória dos mais velhos a partir de um estudo de caso em Catuné-MG*. Monografia (Graduação em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024.
- PASSOS, Lara P. *Da beira ao fundo: uma análise bibliométrica feminista da arqueologia brasileira a partir de dois estudos de caso*. Monografia (Graduação em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
- PASSOS, Lara P. Prospectando a ciência, sondando arqueopoéticas: a linguagem como campo de disputa política em arqueologia. *Vestígios*, v. 17, n. 2, p. 193-218, 2023.
- PASSOS, Lara P. *Alinhando memórias em escavação: uma perspectiva arqueopoética em palimpsesto estratigráfico*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2025.
- PASSOS, Lara P.; CARVALHO, Patrícia. Reconhecendo vestígios de uma arqueologia negra coletivamente atuante no Brasil. *Revista de Arqueologia*, v. 37, n. 1, p. 3-7, 2024.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Precisamos falar sobre a vaidade na vida acadêmica. *Carta Capital*, 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/precisamos-falar-sobre-a-vaidade-na-vida-academica>. Acesso em: 04 jan. 2026.
- QUIJANO, Aníbal. Coloniality of power, eurocentrism, and Latin America. In: MORAÑA, Mabel; DUSSEL, Enrique; JÁUREGUI, Carlos A. (eds.). *Coloniality at large: Latin America and the postcolonial debate*. Londres (UK): Duke University Press, 2008. p. 181-224.
- RADANE, Lívia. Transgredindo arqueologias: narrativas outras como práticas libertadoras. *Revista de Arqueologia*, v. 37, n. 2, p. 44-57, 2024.
- RESTREPO, Eduardo; ESCOBAR, Arturo. Antropologías en el mundo. *Jangwa Pana: Revista del Programa de Antropología de la Universidad del Magdalena*, v. 3, p. 113-131, 2004.
- RIBEIRO, Loredana; et al. A saia justa da arqueologia brasileira: mulheres e feminismos em apuro bibliográfico. *Revista Estudos Feministas*, v. 25, n. 3, p. 1093-1110, 2017.
- SAID, Edward. *Fora do lugar*. São Paulo: Contexto, 2001.
- SANTOS, Boaventura S. *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- SCHIFFER, Michel B. Archaeological context and systemic context. *American Antiquity*, v. 37, n. 2, p. 156-165, 1972.
- SCHIFFER, Michel B. *Formation processes of the archaeological record*. Albuquerque (US): University of New Mexico Press, 1987.
- SEARLE, John R. *The construction of social reality*. Nova York (US): Free Press, 1995.
- SHANKS, Michael; TILLEY, Christopher. *Re-Constructing archaeology*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1987.
- SILVA, Fabíola A. Arqueologia e decolonialidade: por uma arqueologia dos povos do Sul. *Revista de Arqueologia*, v. 28, n. 1, p. 9-30, 2015.

- SIMONI, Rosinalda C. Os quilombos na diáspora e o papel da arqueologia: lutas históricas e desafios, uma escrita na primeira pessoa. *Revista de Arqueologia*, v. 37, n. 2, p. 30-43, 2024.
- SMITH, Laurajane. *Uses of heritage*. Londres (UK): Routledge, 2006.
- SOUZA, Rafael A. Da Miss-sambaqui ao monstro de Sobral: arqueologia paulistana entre os anos de 1930 e 1950. *Varia História*, v. 30, n. 52, p. 257-286, 2014.
- STOTTMAN, M. Jay. (ed.). *Archaeologists as activists: can archaeological knowledge benefit the public?* Tuscaloosa (US): University of Alabama Press, 2010.
- THIESEN, Beatriz. Antes da poeira baixar: reflexões sobre uma arqueologia do passado recente. *Revista Memorare*, v. 1, n. 1, p. 222-226, 2013.
- TRIGGER, Bruce G. *A history of archaeological thought*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1989.
- TRINGHAM, Ruth. Engendered places in prehistory. *Gender, place and culture*, v. 1, n. 2, p. 169-203, 1994.
- TUPINAMBÁ, Hudson R. M. J.; KAMARUARA, Diana A. G. Arqueologia indígena na Amazônia, Brasil: concepções e panoramas. *Revista de Arqueologia*, v. 38, n. 3, p. 102-127, 2025.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- WAI WAI, Jaime X.; CAIXETA DE QUEIRÓZ, Ruben. Arqueologia e história indígena na perspectiva dos Wai Wai: um povo Caribe das Guianas. *Tipiti: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America*, v. 20, n. 1, p. 52-79, 2024.
- WEBMOOR, Timothy; WITMORE, Christopher L. Things are us! A commentary on human–thing relations under the banner of a “symmetrical archaeology. *Norwegian Archaeological Review*, v. 41, n. 1, p. 53-70, 2008.
- WITMORE, Christopher L. Symmetrical archaeology: excerpts of a manifesto. *World Archaeology*, v. 39, n. 4, p. 546–562, 2007.
- WITTMANN, Marcus A. S. Passado ponderado, futuro do fim: uma tentativa de (re)ativar estratigrafias de paisagens esvaziadas. *Revista de Arqueologia*, v. 35, n. 3, p. 177-189, 2022.
- ZEDEÑO, Maria N. The archaeology of territory and territoriality. In: DAVID, Bruno; THOMAS, Julian (eds.). *Handbook of Landscape Archaeology*. Nova York (US): Routledge, 2016. p. 2010-2017.